

FLUXOS FINANCEIROS ILÍCITOS E ADULTERAÇÃO DE FACTURAS COMERCIAIS: OS DESAFIOS PARA A ÁFRICA

UM DOCUMENTO DE DISCUSSÃO DA ATAF

Liderando a África na Administração Fiscal



FLUXOS FINANCEIROS ILÍCITOS E ADULTERAÇÃO DE FACTURAS COMERCIAIS COMERCIAIS: OS DESAFIOS PARA A ÁFRICA

UM DOCUMENTO DE DISCUSSÃO DA ATAF
JUNHO DE 2015



Para mais informação:

Secretariado do ATAF
Directoria de Pesquisa

Hatfield Gardens, Block G, 2nd Floor

Hatfield, Pretoria, South Africa, 0181

Tel: +27 12 451 8811

E-Mail: ebras@ataftax.org ; nmonkam@ataftax.org

www.ataftax.org

ÍNDICE

I. Sumário Executivo	4
II. Introdução	5
A. O que são Fluxos Financeiros Ilícitos (FFIs)	5
B. Diferentes componentes de FFIs na África	5
C. Condutores e Impulsionadores de FFIs	6
III. A escala de Fluxos Financeiros Ilícitos em Países em Desenvolvimento	7
A. FFIs no discurso internacional sobre MRI	7
B. Perdas estimadas de FFIs em países em desenvolvimento	8
IV. Adulteração de Facturas Comerciais ⁷ em Países em Desenvolvimento	12
V. Medidas para Reduzir FFIs e Adulteração de Facturas Comerciais em África	14
VI. Conclusões	21
VII. Referências	22

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio estão programados para expirar em 2015 e as Nações Unidas fizeram formalmente a transição para a sua agenda de desenvolvimento pós-2015, conhecida como os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que irá definir a agenda global de desenvolvimento para os próximos 15 anos. Dada a conclusão da incapacidade de alcançar os ODS através de ajuda e da maioria das políticas económicas implementadas nas últimas décadas, os países africanos têm que colocar mais ênfase na Mobilização de Recursos Internos (MRI) para gerar as economias necessárias para atingir os objectivos recém-confirmados.

No entanto, os fluxos financeiros ilícitos (FFI) prejudicam a MRI. Dado que os países em desenvolvimento perdem cerca de US \$ 1 trilião em fluxos financeiros ilícitos (FFIs) por ano, o que representa sete vezes o volume de auxílio recebidos, tem havido apelos para tornar o controlo de FFIs uma prioridade dentro dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). E estima-se que a África sozinha perdeu mais de US \$ 1,4 triliões em fluxos financeiros ilícitos nas últimas três décadas, o que equivale a aproximadamente US \$ 50 a US \$ 80 bilhões anualmente. Portanto, restringir FFIs teria efeitos positivos sobre a mobilização de recursos internos, especialmente no contexto da evolução económica global, onde a dependência de ajuda para o desenvolvimento não é mais uma opção sustentável.

Uma vez que a capacidade dos países africanos para combater FFIs está seriamente dificultada por deficiências socioeconómicas e institucionais, tais como a corrupção, a pobreza, a criminalidade, estado de direito inadequado ou não existente, e assim por diante, este trabalho propõe algumas medidas, tais como:

- A implementação de medidas de transparência corporativas;
- Tributação dos vastos rendimentos e activos da África, detidos no estrangeiro;
- Mudança do consenso fiscal internacional que influenciou os sistemas fiscais da África;
- Troca de Informações (TI);
- Aumento da capacitação, treinamento e recursos para as instituições e agências reguladoras para o trabalho em FFIs;
- Construção de capacidade para negociar contratos económicos efectivamente; e
- Construção eficiente e efectiva de administrações fiscais e Alfandegas.

Em consonância com o Relatório do Painel de Alto Nível que sintetiza as acções necessárias no relatório intitulado "Track it, Stop it, Get it!", os governos africanos são encorajados a aumentar significativamente a sua capacidade de autoridade fiscal, investindo em recursos humanos e capacitação, melhorando tratados fiscais internacionais que foram influenciando negativamente os sistemas fiscais da Africanos, uma vez que eles mantêm as regras fiscais que contribuem para esgotar os recursos do continente